

15/07/2016 - Telesíntese

## Justiça do Rio confirma papel da Anatel e protege Oi de novas garantias

O juiz da 7ª Vara Empresarial da justiça do Rio, Fernando Viana, tomou ontem duas decisões em um único despacho, contemplando os pleitos da agência reguladora e da concessionária Oi.

O juiz da 7ª Vara Empresarial da justiça do Rio, Fernando Viana, tomou ontem, 14, duas decisões em um único despacho, contemplando os pleitos da agência reguladora e da concessionária Oi. Ele confirmou que a Anatel tem que dar a anuência prévia para qualquer transferência do controle societário das empresas Oi S/A e Telemar Norte Leste S/A e troca dos membros do Conselho de Administração da companhia.

A agência havia entrado na semana passada com uma ação junto à justiça, reafirmando esse papel, previsto na Lei Geral de Telecomunicações, de que qualquer mudança no controle de operadoras de telecomunicações precisa ser aprovada antes por ela. E a portaria 101 da própria agência descreve o que é poder de mando em uma empresa de telecomunicações. Na lista está a indicação de integrantes do conselho de administração.

A carta da Anatel à justiça, reforçando o seu papel, foi enviada logo depois que, em 8 de julho, o fundo Societé Mondiale, gerido pela Bridge, de Nelson Tanure, dono de 6,64% da Oi, protocolou um pedido de realização de assembleia geral extraordinária da companhia, com base na Lei das



S.A, para propor a destituição dos representantes portugueses no conselho de administração da tele.

O prazo terminaria hoje. Mas conforme o jornal Valor Econômico, o fundo concedeu mais prazo para a realização da assembleia, até o dia 22 de julho.

### Garantias da Oi

O juiz acatou também pedido das empresas do Grupo Oi e determinou a imediata intimação da Anatel para que a agência não exija, na renovação do Termo de Autorização do serviço, a garantia necessária ao resguardo dos compromissos de abrangência até que seja apontado o novo valor a ser dado em garantia, o que dependerá da verificação dos compromissos já executados.

“ Não tendo, até o momento, sido reconhecida a realização dos compromissos já assumidos pela concessionária, o que caberia ao órgão fiscalizador, não poderá este exigir qualquer garantia em razão da renovação, até que apresente os devidos relatórios e aponte o valor atual a ser garantido, em razão dos compromissos de abrangência ainda não realizados, pois, do contrário, estaria a se penalizar a empresa que cumpriu com sua obrigação contratual”, disse o magistrado.(com agência EBC)

14/07/2016 - Telesíntese

## Celulares não querem faixas de espectro exclusivas para satélite

Tanto as operadoras quanto a indústria argumentaram, na consulta pública nº 13 da Anatel, que destinar as faixas de 18 GHz e 28 GHz para as redes de satélite do Serviço Fixo por Satélite pode comprometer o futuro dos serviços móveis, especialmente a 5G.

Como era de se esperar, a consulta pública nº 13 da Anatel, que limita o uso das faixas de radiofrequência de 18,1 GHz a 18,6 GHz e de 27,9 GHz a 28,4 GHz a redes de satélite do Serviço Fixo por Satélite, ganhou o aplauso de todas as empresas que operam satélite no Brasil. Mas foi bombardeada pelas operadoras celulares e pela indústria. Querem que seja mantida a legislação atual, que permite o uso dessas faixas, em caráter primário, tanto pelas redes de satélite como por outros serviços de telecomunicações, como os enlaces de comunicação e radiodifusão.

As contribuições à consulta pública, encerrada ontem (13), indicam dois argumentos principais contra a destinação exclusiva dessas faixas para as redes de satélite. A primeira, mencionada por todas as empresas do ecossistema da telefonia móvel celular que se manifestaram e pela associação GSMA, é de que a destinação exclusiva pode comprometer a evolução futura da telefonia móvel. Isso porque a UIT vem realizando estudos das frequências 24,24 GHz e de 86 GHz para possível destinação para a 5G. Já os Estados Unidos e a Coreia do Sul estão avaliando a faixa de 28 GHz.



Segundo a GSMA, a destinação exclusiva para redes de satélite colocaria o Brasil em desvantagem no momento da implementação da 5G. O mesmo argumento foi utilizado pela TIM, Oi, Vivo, que defendem a manutenção do uso compartilhado dessas frequências por redes de satélite e outros serviços de telecomunicações.

Em relação à faixa de 18 GHz, onde existem em operação mais

de 2 mil enlaces ponto a ponto, especialmente de backhaul da telefonia móvel e interconexão de estações fixas, há dois pontos de vista. Empresas como Ericsson, Nokia e Qualcomm, defendem a manutenção que os enlaces sejam mantidos nessa faixa, compartilhando espectro com as redes de satélite desde que não haja interferência e que novos enlaces sejam autorizadas.

O uso compartilhado da faixa de 18 GHz também é considerado a melhor opção pelas celulares. Mas elas são mais flexíveis. Se prevalecer a destinação exclusiva para redes de satélite em 18 GHz, querem saber quem vai pagar a conta. Oi, Vivo e Algar Telecom defendem que a limpeza da faixa fique a cargo dos novos entrantes, ou seja, das redes de satélite.



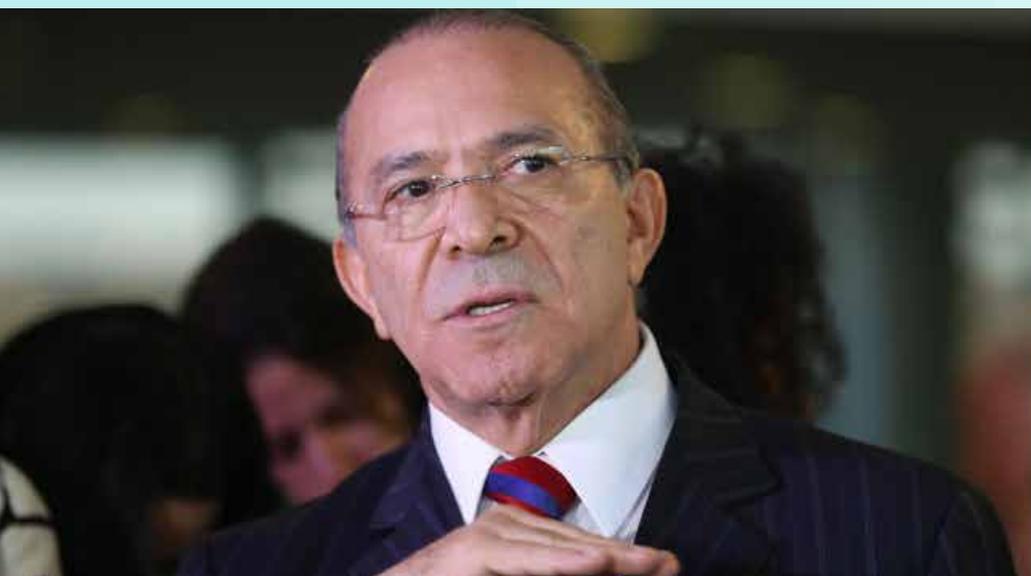
## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

15/07/2016 - Brasil 247

# Padilha tratou do seu Call Center com Cunha e Oi

Em mensagens enviadas ao então presidente do grupo Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, o ministro da Casa Civil de Michel Temer, Eliseu Padilha, fez um pedido para que a companhia Oi contratasse seu escritório de call center que tem em Porto Alegre; na época, a empresa de telefonia era controlada pela empreiteira; Eduardo Cunha também foi convidado para participar de pelo menos uma das reuniões sobre o assunto; Padilha disse ter tratado do tema apenas com o presidente da empreiteira e afirmou que o caso não foi levado adiante; depois, informou não lembrar da reunião de São Paulo e da presença de Eduardo Cunha



247 - Em mensagens enviadas ao então presidente do grupo Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, o ministro da Casa Civil de Michel Temer, Eliseu Padilha, fez um pedido para que a companhia Oi contratasse seu escritório de call center que tem em Porto Alegre. Na época, a empresa de telefonia era controlada pela empreiteira.

Segundo reportagem de Thiago Herdy, o pedido foi feito entre 2013 e 2014, na época em que Padilha era deputado federal. Outras mensagens encontradas no celular do empresário indicam ainda que o então deputado Eduardo Cunha foi convidado para participar de pelo menos uma das reuniões entre o executivo e Padilha.

O endereço para o convite da reunião entre

Padilha, Cunha e Azevedo é a sede da Andrade Gutierrez em São Paulo, usada por parte da área comercial da empreiteira e da administração da holding, também usada para reuniões do cartel que atuava em contratos da Petrobras, segundo depoimento do ex-executivo da Camargo Corrêa Dalton Avancini.

Questionado pelo Globo, Padilha disse ter tratado do tema apenas com o presidente da empreiteira e afirmou que o caso não foi levado adiante. À noite, informou não lembrar da reunião de São Paulo e da presença de Eduardo Cunha. O ex-presidente da Câmara também afirmou " não ter recordação do encontro".



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/07/2016 - Rede Brasil Atual

# Brasil vai deixar de arrecadar R\$ 500 bi em 2016 devido à sonegação de impostos

Sonegômetro já atinge a marca de R\$ 286 bilhões, valor nove vezes maior que os recursos investidos no programa Bolsa Família



Enquanto o governo interino de Michel Temer anuncia déficit de R\$ 170 bilhões nas contas públicas para 2016, o país vai deixar de arrecadar o triplo desse valor, cerca de R\$ 500 bilhões em impostos, no mesmo período. Os dados são do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz).

O montante não arrecadado por conta da sonegação representa cerca de 13% do PIB. Segundo o professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Eduardo Fagnani, o total acumulado da dívida chega a R\$ 1,5 trilhão. "Cerca de 40% dessa dívida é devida por cerca de 400 empresas. A principal dívida é com o INSS. A segunda principal dívida é o ICMS, e a terceira é o Imposto de Renda", detalha o professor, em entrevista à repórter Vanessa Nakasato, para o Seu Jornal, da TVT.

<https://youtu.be/IZuSZU4fjlw>

De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda, as indústrias de transformação são as maiores devedoras, com 28% do total da dívida. Segundo Fagnani, ainda que a sonegação seja crime passível de prisão,

ao poder executar o pagamento da dívida a qualquer momento, acaba acarretando certa sensação de impunidade e criando uma "indústria da sonegação", que se utiliza dos programas de refinanciamento das dívidas, conhecidos como Refis. Outro problema, segundo ele, é que os da Receita Federal responsáveis pelo combate à sonegação estão "sucateados".

Até meados deste ano, o país havia deixado de recolher mais de R\$ 286 bilhões, segundo o sonegômetro, instrumento criado pelo Sinprofaz. Como comparação, este valor é 40 vezes maior que o orçamento do programa Minha Casa, Minha Vida, e nove vezes maior que os recursos destinados ao Bolsa Família.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, diz que virou "vício" entre as empresas não arcar com as obrigações fiscais. Na opinião dele, é preciso que o brasileiro entenda que quem perde com essa prática é a população. "Não podemos aceitar uma pessoa se autodeclarar sonegador, num local público, e todo mundo dar risada", critica.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/07/2016 - Rede Brasil Atual

# Proposta de Temer achataria em 40% valor das aposentadorias em uma década

Levantamento consta de cartilha que será lançada amanhã (15), em evento promovido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo

Com desvinculação do mínimo, rendimento dos aposentados cairia dos atuais R\$ 1.608 para para R\$ 1.013

São Paulo – Se a proposta apresentada pelo governo interino de Michel Temer, de desvincular o reajustes das aposentadorias do salário mínimo, vigorasse há

dez anos, os valores dos rendimentos teriam caído cerca de 40%, segundo estudos feitos pelos economistas João Sicsú, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Eduardo Fagnani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O estudo, que consta na cartilha Entender e Defender a Previdência Social, será apresentado amanhã (15) durante seminário promovido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, no centro da capital.

Segundo previsão dos economistas, sem a vinculação com o salário mínimo, o valor médio do vencimentos pagos aos aposentados e pensionistas cairia dos atuais R\$ 1.608 para para R\$ 1.013.

Em entrevista à repórter Marilu Cabañas, da Rádio Brasil Atual, Sicsú diz que o cerne do modelo proposto pelo governo interino para o setor é de Previdência Social cada vez mais restrita, de menor alcance, gerida pela iniciativa privada.

"A Previdência tem um sentido essencialmente social, e não um sentido econômico e exclusivamente contábil. Essa visão distorcida leva à redução do bem estar da sociedade", afirma o economista. Ele lembra que as aposentadorias e pensões são pagas a 30 milhões de pessoas, que garante não só a sobrevivência das famílias como



colabora também para a estabilidade econômica do país. Desses 30 milhões de benefícios, 70% correspondem ao valor de um salário mínimo.

Segundo o professor, apesar da recuperação de cerca de 70% do valor do salário mínimo nos últimos anos, o

valor de R\$ 880 ainda é muito pequeno. "Querer pagar menos do que isso representa, de fato, um arrocho aos aposentados, pensionistas e beneficiários da Previdência", diz Sicsú.

### Falso déficit

Sobre o propalado déficit do sistema previdenciário, pano de fundo para as propostas de reforma, Sicsú afirma que para esse cálculo não estão sendo contabilizadas as contribuições obrigatórias do governo, que compõem o sistema tripartite de financiamento da Previdência Social, conforme definido pela Constituição de 1988. Se contabilizadas, o déficit deixa de existir.

"Não existe esse tal déficit da Previdência Social, porque o nosso sistema, como é no mundo avançado, é tripartite. Sustentado por trabalhadores, empregados e governo. Aqui no Brasil não se contabiliza a parte do governo. A Constituição de 1988 estabelece orçamento onde o governo tem participação. Não se pode fazer essa conta só da folha de pagamento, da contribuição de empresários e trabalhadores", detalha o economista.

Saiba mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/07/proposta-de-temer-reduziriam-em-40-o-valor-das-aposentadorias-em-uma-decada-2363.html>

15/07/2016 - Vermelho

## Dilma é inocentada, mas mídia golpista ignora

Do ponto de vista formal, a presidente eleita Dilma Rousseff está sendo submetida a um julgamento. Há espaço para testemunhas de defesa, acusação e, dentro de algumas semanas, os senadores darão seu veredito na comissão especial de impeachment.

No entanto, por mais que se trate de um julgamento de natureza política, a Constituição Brasileira garante que nenhum presidente pode ser afastado sem que tenha cometido crime de responsabilidade. Ou seja: é isso o que confere o caráter também jurídico ao processo.

No processo em curso, Dilma é acusada por professores de direito ligados ao PSDB, partido derrotado nas últimas eleições presidenciais, de ter infringido a Lei de Responsabilidade Fiscal, com suas "pedaladas fiscais", que seriam "operações de crédito disfarçadas".

No entanto, ontem, o Ministério Público Federal, que é o titular de qualquer ação penal, determinou o arquivamento da investigação pedida pelo Tribunal de Contas da União, apontando que nem houve operações de crédito e que, além disso, as chamadas "pedaladas" não configuram ilícito penal (leia mais aqui).

Numa situação de normalidade democrática, o impeachment seria sumariamente arquivado, como defendeu a senadora Gleisi Hoffmann (leia aqui). Além disso, toda a imprensa nacional destacaria que a presidente Dilma Rousseff, eleita por 54 milhões de eleitores, foi inocentada do crime que lhe é imputado por adversários políticos.



No entanto, a notícia do pedido de arquivamento feito pelo Ministério Público foi solenemente ignorada por jornais como Folha de S. Paulo e Valor Econômico. Estado de S. Paulo e O Globo a registraram, mas sem destaque em sua primeira página.

Isso demonstra que a imprensa brasileira, que apoia o golpe parlamentar de 2016 assim como apoiou o golpe militar de 1964, nem se preocupa mais em manter as aparências. O julgamento de Dilma é apenas um simulacro, onde todos os atores parecem já conhecer, de antemão, o resultado.

No entanto, por mais que seja um jogo de cartas marcadas, a decisão do Ministério Público Federal coloca os 81 senadores diante de uma saia justa: como condenar a presidente Dilma por "crime de responsabilidade", se o próprio MPF, titular da ação penal, garante que não houve crime?

Fonte: Brasil 247